

ATA NÚMERO 133/XII/2ª SL

12.junho.2013 – 10h00

Aos 12 dias do mês de junho de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audiência ao Comité Olímpico de Portugal

4. Projeto de Resolução n.º 749/XII/2ª (PCP) – Manutenção do Programa de Matemática do Ensino Básico e publicitação dos respetivos resultados de avaliação

- **Discussão**

5. Proposta de Lei n.º 137/XII/2ª – combate à violência nos espetáculos desportivos

- **Discussão e votação na especialidade**

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 18.junho.2013 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) solicitou a inclusão, na Ordem do Dia, da discussão do Projeto de Resolução n.º 765/XII - *Recomenda ao Governo que mantenha em vigor o Programa de Matemática do Ensino Básico, anulando a proposta de substituição apresentada pelo Ministro da Educação e Ciência*, conjuntamente com o Projeto de Resolução do PCP, sobre a mesma matéria. Esta proposta foi aceite por todos os presentes, pese embora o Projeto de Resolução não tenha ainda baixado à Comissão, pelo que o envio da informação para votação em Plenário ficou dependente do despacho de baixa.

Com esta alteração, a proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Comunicações do Presidente

Não se registaram comunicações.

3. Audiência ao Comité Olímpico de Portugal

Estiveram presentes, em representação do Comité Olímpico de Portugal (COP): Dr. José Manuel Constantino (Presidente); Sr^a. Rosa Mota (Vice-Presidente); Dr. Hermínio Loureiro (Vice-Presidente) e Dr. José Manuel Araújo (Secretário-Geral).

O Sr. Presidente da Comissão apresentou felicitações à nova direção do COP e desejou os maiores sucessos para o mandato e para o ciclo olímpico que se inicia este ano.

O Sr. Presidente do COP cumprimentou os Srs. Deputados e apresentou os pontos que considerou estratégicos para o seu mandato. Para além da missão essencial de zelar pela garantia das melhores condições para a preparação e o trabalho dos atletas, referiu-se à importância da valorização social do desporto, que não é apenas funcional, mas essencialmente política.

Referindo-se à função de liderança do movimento desportivo federado, considerou que o COP deverá manter uma relação de intercâmbio e de trabalho conjunto com o Governo, no processo de preparação, de planeamento e de gestão do processo de preparação olímpica e na desburocratização dos processos de trabalho entre as federações desportivas e o Governo.

Afirmou que tem sensibilizado a diplomacia nacional e os Comités Olímpicos dos Países de Língua Portuguesa relativamente à necessidade de esforços convergentes para a adoção do Português como língua de trabalho do Comité Olímpico Internacional, tendo em consideração a realização dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016.

Por último, manifestou a sua preocupação relativamente à ausência de orientações, por parte do Governo, para os Jogos Olímpicos, para os Jogos da Juventude Europeia e para os Jogos da Lusofonia, esclarecendo que desconhece em que termos vai decorrer a contratualização, lembrando que todos estes programas carecem de contratualização.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) manifestou as suas preocupações relativamente às fragilidades do Regime Jurídico das Federações Desportivas, bem como no que concerne às apostas desportivas, afirmando que sensibilizou já o Governo para estas matérias. Felicitou o COP pela proposta da língua, considerando que os Jogos Olímpicos constituem uma oportunidade única. Relativamente aos atrasos nas contratualizações com o COP, referiu que deverão dever-se às eleições e colocou algumas questões, designadamente sobre formas de financiamento e sobre o modelo que defendem para a gestão do programa olímpico.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) considerou que o processo eleitoral e os resultados da eleição do COP indicam que o movimento desportivo quis dar um rumo diferente à forma de estar e de funcionamento do Comité. Saudou, de seguida, o COP pela decisão de criação de um conjunto de comissões que vão trabalhar em áreas que cruzam com princípios essenciais do olimpismo e, relativamente ao Regime Jurídico das Federações Desportivas, considerou que o problema reside na forma como se interpreta. Disse ainda apoiar a proposta da língua como língua de trabalho do COI.

O Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP) considerou que o COP não deve reduzir o olimpismo à alta competição, mas alargá-lo à promoção da prática desportiva. Disse apoiar a adoção da língua portuguesa como língua de trabalho do COI e, relativamente ao Regime Jurídico das Federações, solicitou o envio de propostas concretas de alteração e o mesmo em relação às apostas desportivas. Por último, questionou sobre o relacionamento que pretendem ter com as federações, nomeadamente na organização dos programas olímpicos.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) disse subscrever algumas das preocupações do COP, nomeadamente no que diz respeito ao papel do desporto na sociedade, fazendo referência à necessidade de alargamento da base de captação e de uma verdadeira política de desenvolvimento desportivo. Considerou que a delegação olímpica não deverá ser um

destacamento de elite, mas a representação de uma base popular de prática desportiva. Por último, considerou importante investir no programa Esperanças Olímpicas, entendendo que é urgente contratualizá-lo, porque aí reside a base para a captação de novos atletas.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) disse acompanhar todas as considerações do COP sobre o olimpismo. Referiu-se ao mérito e ao valor da proposta relativa à língua portuguesa como língua de trabalho no COI e, por fim, afirmou ter registado a indicação do COP de que aguardava orientações do Governo sobre um conjunto de matérias, pelo que estará vigilante.

O Sr. Presidente da Comissão manifestou o seu apoio relativamente à proposta da língua, fazendo alusão ao movimento relativo aos 8 séculos da língua portuguesa, que se celebram em 2014, coincidindo com a realização da Copa do Mundo. Referiu-se ainda ao papel mais alargado que o COP poderá ter, de uma certa racionalização da relação entre o Estado e o movimento associativo, pelo que questionou o COP sobre o figurino desejável para esse relacionamento.

O Sr. Presidente do COP manifestou a sua satisfação pela convergência de todos os Grupos Parlamentares relativamente à importância do desporto na sociedade portuguesa, como elemento de educação e formação das jovens gerações e ainda como elemento de afirmação e de reforço da identidade do País.

Esclareceu que existem duas organizações de representação do movimento desportivo federado: o COP e a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), entendendo que a fusão, por si só, não tem um efeito mágico, mas pode acrescentar valor, caso o novo organismo traduza, no plano representativo, uma força acrescida. Assim, referiu que, após reunião com as federações, o COP sugeriu a abertura de negociações com a CDP, de modo a perceber se faz sentido a dupla representatividade, pelo que se aguarda resposta para iniciar negociações.

Relativamente ao financiamento, esclareceu que o COP depende em 80% da Administração Pública desportiva, sendo 20% receitas próprias: Destes, 10% resultam de patrocínios comerciais e os restantes 10% têm a ver com programas a que o COP se candidata junto do COI. A perspetiva é reduzir o financiamento da Administração Pública e aumentar os patrocínios comerciais e aproveitar ainda todos os programas do COI, no sentido do reforço orçamental.

Sobre o modelo de gestão para o programa de preparação olímpica, defendeu que tudo o que tem a ver com a gestão técnica e operacional deve ser da responsabilidade das federações. O Estado deve monitorizar o modo como os recursos públicos são aplicados, devendo o programa de preparação olímpica ter objetivos, que podem ou não ser mensuráveis.

Chamou ainda a atenção para a redução prevista no Orçamento Retificativo, na ordem dos 3 M€, entendendo que as federações desportivas vão suportar 65% desta redução. Assim, manifestou apreensão pelo facto de a redução ser substantivamente suportada pelas federações.

Relativamente às apostas desportivas, entende que a dotação que tem origem dos jogos sociais deve ser distribuída pelas organizações desportivas, sendo esta uma verba que permite uma estabilidade de gestão e sustentabilidade do ponto de vista das organizações.

Relativamente à questão do Tribunal Arbitral, defendeu uma solução que se traduza em celeridade, devendo a mesma resultar de um consenso alargado, para que possa ter estabilidade.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

4. Projeto de Resolução n.º 749/XII/2ª (PCP) – Manutenção do Programa de Matemática do Ensino Básico e publicitação dos respetivos resultados de avaliação

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo, de seguida, os Srs. Deputados Luís Fazenda (BE), Maria José Castelo Branco (PSD), Acácio Pinto (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares.

A informação resultante do debate encontra-se no [processo do Projeto de Resolução](#).

5. Projeto de Resolução n.º 765/XII/2ª (BE) – Recomenda ao Governo que mantenha em vigor o Programa de Matemática do Ensino Básico, anulando a proposta de substituição apresentada pelo Ministro da Educação e Ciência.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate, os Srs. Deputados Rita Rato (PCP), Maria José Castelo Branco (PSD), Acácio Pinto (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares.

A informação resultante do debate encontra-se no [processo do Projeto de Resolução](#)

6. Proposta de Lei n.º 137/XII/2ª – combate à violência nos espetáculos desportivos

Tendo sido recebido o parecer que tinha sido solicitado à 1.ª Comissão e encontrando-se presentes deputados do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE, registando-se a ausência da deputada do PEV, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da PPL.

Foram feitas intervenções iniciais pelos deputados Miguel Tiago (PCP), Pedro Pimpão (PSD), Artur Rego (CDS-PP) Laurentino Dias (PS) e Luís Fazenda (BE) e procedeu-se depois à votação, artigo a artigo, da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas pelo PSD e CDS-PP (propostas conjuntas) e pelo PS.

O relatório de votação e a gravação da reunião estão disponibilizados no processo da [Proposta de Lei n.º 137/XII, do Governo](#).

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

Dia 18.junho.2013 – 10h00

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de junho 2013



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Artur Rêgo
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Manuela Tender
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques
Michael Seufert
Pedro Delgado Alves